



IV Encontro Virtual da ABCiber

Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura

Perspectivas Interdisciplinares e Reconfigurações na Ciberultura:
Dados, Algoritmos e Inteligência Artificial
Online — 20 e 21/06/2024

Como o The New York Times Usa o Brasil para Falar de Pautas dos Estados Unidos¹

Ana Resende Quadros²

Luiz Ademir de Oliveira³

Resumo

A proposta deste trabalho é avaliar de que forma o jornal estadunidense *The New York Times* utiliza textos sobre o Brasil para falar da realidade dos Estados Unidos. Para isso, será feita uma análise de conteúdo, com dados quantitativos e qualitativos, do texto “When Brazil Banned Abortion Pills, Women Turned to Drug Traffickers”, publicado dias após a mudança da legislação sobre o aborto nos Estados Unidos em 2022. Serão identificados os valores-notícia acionados, o enquadramento utilizado, as fontes adotadas e os estereótipos do Brasil presentes no texto.

Palavras-chave

Identidades; Webjornalismo; Enquadramento Noticioso; The New York Times; Brasil.

Introdução

Este artigo propõe analisar de que maneira o jornal estadunidense *The New York Times* (NYT) utiliza sua cobertura sobre o Brasil para tratar de temas que são relevantes aos Estados Unidos. Para isso, será feita uma análise de conteúdo aos moldes de Bardin (2011) e Sampaio & Lycarião (2021) do texto “When Brazil Banned Abortion Pills, Women Turned

¹ Trabalho apresentado no GT2 Estratégias de comunicação em ambientes digitais do IV Encontro Virtual da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura. Perspectivas Interdisciplinares e Reconfigurações na Ciberultura: Dados, Algoritmos e Inteligência Artificial. Realização da UNIFAE, nos dias 20 e 21 de junho de 2024.

² Mestra e doutoranda em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista CAPES, e-mail: anarquados@gmail.com.

³ Orientador do trabalho, Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, docente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF, e-mail: luizoli@ufsj.edu.br.

to Drug Traffickers”, publicado em 28 de junho de 2022 no site do jornal e no dia 30 de junho em sua versão impressa.

Esse texto foi considerado pelo buscador do site do *The New York Times* como sendo o mais relevante publicado em junho daquele ano que utilizasse o termo “Brazil”. Porém, no Brasil, outros acontecimentos despertavam mais atenção dos jornais locais, como o desaparecimento do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Araújo Pereira⁴. Esse fato ganhou uma cobertura feita pelo NYT, com um total de quatro textos publicados naquele mês acompanhando seu desenrolar até a confissão do assassino. Porém, esse fato, bem como outros acontecimentos, como o encontro entre o então presidente Jair Bolsonaro e o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ou o questionamento do sistema eleitoral brasileiro por parte dos militares, não são percebidos como os mais relevantes pelo *The New York Times*.

Essa é uma observação inusitada, tendo em vista que, como explica Brasil (2013), correspondentes internacionais costumam utilizar o noticiário brasileiro como fonte primária. Então, por que um texto sobre a proibição de pílulas abortivas no Brasil, algo que, conforme o próprio texto do *The New York Times*, aconteceu em 2006, é entendido pela ferramenta de busca do jornal como o mais relevante sobre o país em junho de 2022? Para responder a esse questionamento, precisamos entender o que acontecia nos Estados Unidos nesse período. No dia 24 de junho de 2022, a Suprema Corte estadunidense eliminou o direito constitucional do aborto⁵. Esse fato desencadeou diversos protestos nos Estados Unidos e foi alvo de uma extensa cobertura do *The New York Times*.

Percebe-se, portanto, que há uma correlação temática da cobertura dos fatos internos

⁴ NICAS, Jack; IONOVA, Ana; SPIGARIOL, André. Threats, Then Guns: A Journalist and an Expert Vanish in the Amazon. **The New York Times**, Rio de Janeiro, 8 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/06/08/world/americas/men-missing-amazon-rainforest.html?searchResultPosition=7>. Acesso em 21 de junho de 2022.

⁵ LIPTAK, Adam. In 6-to-3 Ruling, Supreme Court Ends Nearly 50 Years of Abortion Rights. **The New York Times**, Washington, 24 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/06/24/us/roe-wade-overturned-supreme-court.html>. Acesso em 21 de maio de 2024.

com este texto, mas, em que grau essa correlação se dá? Seria possível perceber aspectos da imagem do Brasil apresentada pelo *The New York Times*? São essas perguntas que este artigo pretende responder.

Para averiguar isso é necessário analisar um veículo que tivesse grande relevância global e o *The New York Times* pode ser descrito como um *quality paper*, ou seja, uma publicação respeitada como um veículo de comunicação sério. Isso se comprova por sua importância histórica, uma vez que o jornal foi criado em 1851⁶, por sua credibilidade comprovada pelas várias premiações recebidas, incluindo mais de uma centena de prêmios Pulitzer, e seu grande público, uma vez que tem mais de 10 milhões de assinantes e mais de 100 milhões de leitores⁷.

O texto que compõe o *corpus* foi escolhido por sua aparente maior conexão com a pauta estadunidense que com o noticiário brasileiro, mas, para se verificar se há entrelaçamentos maiores entre a cobertura sobre o Brasil e temas dos Estados Unidos, é preciso fazer uma análise de conteúdo, que tem aspectos tanto quantitativos quanto qualitativos, usados na busca por padrões e na produção de inferências (Bardin, 2011).

Para tanto, é preciso definir categorias que servirão como base para a análise do objeto. Neste trabalho foram escolhidas três categorias. A primeira delas é a avaliação do(s) critério(s) de noticiabilidade presente(s) no texto conforme as definições de valor notícia de Wolf (2008) e Traquina (2005b). A segunda categoria é a identificação dos enquadramentos noticiosos trazidos na notícia com base nas definições de D'Angelo e Shaw (2018). A terceira categoria é a averiguação das relações entre as temáticas presentes e os estereótipos do Brasil. Por fim, a quarta categoria tratará das fontes utilizadas para construir a matéria jornalística, como descritas por Lage (2009).

⁶ HISTORY. *The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytc.com/company/history/>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

⁷ THE New York Times Advertising. *The New York Times*. Disponível em: <https://advertising.nytimes.com/audience-and-insights/>. Acesso em 21 de maio de 2024.



IV Encontro Virtual da ABCiber

Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura

Perspectivas Interdisciplinares e Reconfigurações na Ciberultura:
Dados, Algoritmos e Inteligência Artificial
Online — 20 e 21/06/2024

Comunicação e identidade

Entender como a mídia retrata o nosso país no exterior pode nos ajudar a compreender mais sobre a identidade brasileira e também sobre o papel do jornalismo na construção desta imagem, uma vez que sabemos que o jornalismo, sendo o responsável por retratar a realidade, pode construir ou ressignificar a percepção que temos do hoje e do ontem (Barbosa, 2007). Contudo, é preciso lembrar que o retrato da realidade feito pela mídia depende de diversos fatores, incluindo a visão dos grupos dominantes (Traquina, 2001 e Bourdieu, 2001). Afinal, o jornalismo, que atua, usualmente, em conjunto com poderes econômicos e sociais, afirma se tratar da “verdade” e é utilizado para dar voz a opiniões, sejam elas pessoais, referentes a um grupo e até a uma nação (Marcondes Filho, 1989).

Isso é possível porque as realidades de que trata o jornalismo são apenas “pedaços” de tudo o que acontece. E são com esses pedaços que o jornalismo ajuda a compreender o que aconteceu e o que está acontecendo ao redor (Traquina, 2005a). A junção de todos esses pedaços também atua na construção de imaginários e identidades (Barbosa, 2007). Isso vale tanto para o nível individual quanto para o coletivo, uma vez que, no mundo moderno, as pessoas costumam pensar nas culturas nacionais como parte essencial de suas naturezas (Hall, 2006).

Isso porque, segundo Hall (2006), uma das vertentes que constitui o indivíduo é a identidade cultural. Por sua vez, as principais fontes dessa identidade são as culturas nacionais. Hall (2006) acredita que, mais do que uma entidade política, as nações são sistemas de representação cultural capazes de gerar sentimentos de lealdade e identidade.

A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de “teto político” do

estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas (Hall, 2006, p. 49).

Alem disso, com a globalização, há uma alteração na maneira como as identidades são compreendidas (Castells, 2018). Esse processo se intensificou no século XXI, com a Sociedade em Rede, que provoca uma desassociação do espaço e tempo, ocasionando a criação de identidades múltiplas e fragmentadas (Castells, 2018 e Hall, 2006). Nesse cenário, Castells (2018) compreende que vivemos um tempo de crise, no qual as instituições não têm mais o poder que tinham na construção das identidades. Ao mesmo tempo, o poder das mídias aumenta, como observa Castells (2017), e há uma aproximação das culturas.

É preciso destacar ainda que, se a identidade se constrói na instância pessoal e social, o mesmo acontece com a História. Para Benjamin (1987), a História é tanto herança particular (o que recebemos da nossa família), quanto coletiva (o que sabemos pela sociedade). Independentemente de sua origem (privada ou social), usamos o passado como forma de embasar nossas ações. Assim, ele tem relação direta com nosso presente e com o nosso futuro.

Dada esta realidade, a mídia tem muita relevância na construção e preservação de memórias e identidades. Para Braga (2011), a mídia é central na sociedade moderna. Ele explica que os processos comunicacionais provocados pelos meios de comunicação social (MCS) são capazes de produções de sentidos compartilhadas por toda a sociedade. Ao fazerem isso, os meios penetram nos processos sociais, alterando-os conforme sua própria lógica, criando uma “sociedade de comunicação” ou “sociedade mediática”.

Para Rodrigues (1990), a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas ao transformar os discursos típicos de cada campo social em um discurso exotérico, ou seja, de fácil compreensão para todas as instâncias sociais. Por essa razão, o autor afirma que a realidade é determinada pela mídia, ou seja, tudo que não é abordado por ela não tem existência reconhecida pela sociedade.



IV Encontro Virtual da ABCiber

Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura

Perspectivas Interdisciplinares e Reconfigurações na Cibercultura:

Dados, Algoritmos e Inteligência Artificial

Online — 20 e 21/06/2024

Tendo em vista que o Estado usa a comunicação para impor uma visão de mundo (Bourdieu, 2001), não é de se estranhar que a política seja um dos campos que mais dependem da mídia (Thompson, 1998). Para Thompson (1998), essa dependência se intensificou com a chegada da mídia eletrônica, uma vez que esse advento possibilitou o aumento do acesso às imagens de líderes políticos e celebridades comparado ao que se tinha antes. Para Meyrowitz (1985), a nova realidade, imposta principalmente após a chegada da televisão, afetou a forma como percebemos as nossas lideranças.

Meyrowitz (1985) explica que quem não conseguia se adequar à nova forma de exposição midiática era considerado um mau político. Para ele, isso explica a percepção entre os estadunidenses de que haviam apenas maus políticos entre as décadas 1960 e 1980. Meyrowitz levanta a hipótese de que, nesse período, o que ocorreu não foi a total ausência de lideranças e sim a incapacidade de adaptação dos políticos da época à ausência de bastidores.

Se as mídias eletrônicas representaram uma grande alteração social e política nos anos 1960, com a chegada da internet, nos anos 1990, o cenário da comunicação passou por mais transformações. Como explica Castells (2017), hoje, o emissor pode enviar uma mensagem em tempo real para um grande número de pessoas, sendo tanto mídia quanto público para mensagens.

Na visão de Castells (2018), a chegada da internet também intensificou a globalização que, por sua vez, é marcada por acontecimentos distantes com capacidade de influenciar acontecimentos próximos e até a própria intimidade (Giddens, 2002). Para Castells (2018), vivemos um tempo de crise, onde as instituições não têm mais o poder que tinham na construção das identidades. Ao mesmo tempo, o poder das mídias aumenta, como observa Castells (2017), e há uma aproximação das culturas. Contudo, o autor aponta que as identidades nacionais e regionais ainda prevalecem sobre a identidade cosmopolita na maioria dos casos.

Quando tratamos do cenário internacional, o poder da mídia é ainda mais relevante.

Sales (2016) acredita que a imagem de um país é formada tanto pelo discurso oficial quanto pelas representações que os demais atores fazem sobre ele. Esse processo de construção de imagética faz parte da construção identitária de uma nação. Segundo a autora, dentre os atores que mais se destacam estão os veículos de imprensa internacionais, uma vez que, com o mundo globalizado, o poder da mídia e do público transnacional se solidificou.

Isso acontece porque, como explica Brasil (2013), os veículos noticiosos são a principal fonte de informação do público internacional sobre outros países. Ao mesmo tempo, para o autor, a imagem que os veículos estrangeiros têm de nós é altamente dependente de nossa autoimagem. Sendo assim, reproduzem-se estereótipos que temos de nós mesmos: o país do carnaval, do futebol e da violência, com uma natureza exuberante.

A identidade brasileira

No caso brasileiro, porém, há que se reconhecer que muitos dos estereótipos que temos de nós partiram de imagens construídas por estrangeiros sobre o Brasil. Desde que os portugueses chegaram em nossas terras, relatos de viagem, tais como o de Pero Vaz de Caminha, ajudaram a construir o que se pensa desse lugar e de seu povo, predominando a ideia de um lugar de natureza exuberante e de habitantes bondosos. (Lisboa, 1997).

Também foram os estrangeiros os primeiros a destacar a miscigenação brasileira. Barbato (2014) explica que a mestiçagem entre as três “raças” (brancos, negros e indígenas) foi uma das características notadas pelo viajante Karl Friedrich von Martius, um alemão que venceu o concurso realizado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) que premiou o melhor trabalho sobre a história do Brasil em 1840. Assim, o Brasil se tornou singular por sua gente e por sua natureza.

Porém, ao longo do século XX, em especial a partir das obras de Gilberto Freyre, foi a mestiçagem que ganhou maior destaque nas discussões sociológicas. Ao contrário do que



IV Encontro Virtual da ABCiber

Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura

Perspectivas Interdisciplinares e Reconfigurações na Cibercultura:
Dados, Algoritmos e Inteligência Artificial
Online — 20 e 21/06/2024

acontece com a maioria das nações que, ainda que tenham uma multiplicidade étnica, formam suas identidades propagando a ideia de um povo puro (Hall, 2006), no Brasil, prevaleceu, a visão de Freyre (1995), que atribuiu um sentido positivo à miscigenação.

À época, essa visão era contrastante com o pensamento dominante. Schwartz (2000) esclarece que desde a colonização prevaleceu a ideia de que o problema do Brasil não era os recursos naturais, mas as pessoas que aqui habitavam, que não constituiriam um povo, apenas uma plebe. A razão disso seria a escravidão e as pessoas de “origem mista”, por isso, buscava-se o “branqueamento da população” por meio da imigração (Maxwell, 2000). Ao mesmo tempo, havia uma grande comparação entre o Brasil e os Estados Unidos, tanto no que tange o desenvolvimento econômico quanto na questão racial (Skidmore, 1994).

Foi por meio dessa comparação que Freyre (1995) viu no Brasil uma “democracia racial”, uma vez que acreditava que os Estados Unidos eram muito mais racistas. Por outro lado, Freyre (1995) tende a relativizar as violências praticadas durante o período colonial, ainda que isso não signifique que ele não percebesse o domínio que os patriarcas – representados pelos senhores de engenho – tinham sobre os demais membros da sociedade. Para ele, o poder da casa-grande, comandada pelo senhor se aproximada do “poderio feudal”.

Esse “feudalismo” brasileiro, só teria terminado com a chegada da família real em 1808 (Freyre, 2004). Esse processo de modernização do país é tratado pelo autor como a chegada do Estado e, assim como a abertura dos portos (ou chegada do capitalismo), deu início à Revolução Burguesa no Brasil. Entretanto, diferente do que ocorreu nos países europeus, aqui primeiro mudaram-se as instituições e depois os valores, com o patriarca perdendo seus poderes aos poucos no decorrer do século XIX.

Esse atraso também é percebido por Holanda (1987), que vê nossa origem portuguesa como a grande mazela brasileira. Isso porque nossa colonização seguiu um modelo de raízes rurais em que, diferente do que acontece em outras partes do mundo, a burguesia urbana não é independente. Como os senhores de engenho eram a mola da riqueza e do poder na colônia,



IV Encontro Virtual da ABCiber

Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura

Perspectivas Interdisciplinares e Reconfigurações na Cibercultura:
Dados, Algoritmos e Inteligência Artificial
Online — 20 e 21/06/2024

houve uma predominância do privado sobre o público e essa, para o autor, é uma das principais razões do nosso fracasso.

Outro motivo pelo qual o Brasil falhou é que, na visão de Holanda (1987) somos, homens cordiais, ou seja, pessoas regidas por sentimentos e emoções no lugar na razão. Essa predisposição para o lado sentimental foi levada aos órgãos do Estado, dando origem ao patrimonialismo e também à desvalorização de todo trabalho que não seja intelectual (Holanda, 1987). Por isso, o autor acredita que a “revolução brasileira”, iniciada com a abolição da escravidão em 1888, só será concluída quando os nossos valores deixarem de ser aqueles da colonização – ligados ao personalismo e à aristocracia – e passarem a ser valores democráticos, colocando de lado a cordialidade e fazendo prevalecer a impessoalidade da política.

Essa ideia de um Brasil atrasado e preso aos moldes de nossa colonização definiram, em grande medida, a ideia de Brasil que temos hoje. Porém, a realidade contemporânea é muito distinta daquela em que os autores estavam inseridos. Schwarcz e Starling (2018) defendem que o Brasil é marcado por contrastes. Ao mesmo tempo que é, sim, um lugar onde se predominou a mistura de etnias e culturas, também é uma nação fundada na violência. Como apontava Freyre (1995), existem diferenças entre o racismo no exterior e o nacional. Aqui, segundo Schwarcz e Starling (2018) há uma porosidade na fronteira das cores. É por essa razão que ocorre um embranquecimento daqueles que estão em classes sociais superiores e vice-versa, mesmo que a realidade biológica não seja correspondente. Essa porosidade é acentuada pela intensa mestiçagem que caracteriza o Brasil. “Construída na fronteira, a alma mestiça do Brasil – resultado de uma mistura original entre ameríndios, africanos e europeus –, é efeito de práticas discriminatórias já centenárias, mas que, ao mesmo tempo, levaram à criação de novas saídas” (Schwarcz e Starling, 2018, p.15).

Entretanto, em vez de reconhecermos quem somos e buscarmos essas saídas, as autoras explicam, assim como já haviam dito Lima Barreto e Sérgio Buarque de Holanda,

que os brasileiros querem negar quem são e esperar por soluções milagrosas. Uma das formas de fazê-lo seria colocar nossa identidade sempre em xeque.

Ainda assim, as autoras acreditam que algumas percepções do senso comum do que é ser brasileiro devem mudar. Elas criticam a abordagem que nos coloca como um povo pacífico e avesso à violência. Para as autoras, isso é ignorar o fato de que o Brasil, ainda que tenha uma forte presença da desigualdade social, também “luta com tenacidade para construir valores republicanos e cidadãos” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 18).

Na visão de Brasil das autoras, somos um país onde reina a dualidade. Nossa construção se baseou no sistema escravocrata, no qual a violência era predominante assim como a luta por liberdade. Na ditadura de Vargas não havia liberdades individuais, mas houve um avanço nos direitos sociais. Uma das provas de que aqui se valoriza os direitos sociais em detrimento dos direitos políticos. Essas experiências fizeram do Brasil um lugar ambíguo, onde violência e democracia convivem lado a lado.

O que queremos saber?

A análise de conteúdo é um método quantitativo e qualitativo que, conforme explica Bardin (2011) permite a identificação de padrões e a produção de inferências. Porém, para isso, é necessário estabelecer categorias de análise. Como dito anteriormente, trabalharemos com três categorias de análise e, neste tópico, nos dedicaremos a entender cada uma delas.

A primeira categoria é determinar o “valor-notícia” utilizado para que esse texto fosse publicado pelo *The New York Times*. Como explica Wolf (2008), os valores-notícia são os critérios para se estabelecer se algo é digno de ser noticiado ou não, ou seja, qual é a sua noticiabilidade. Esses critérios se subdividem em diversos aspectos e, para este trabalho, nos interessa sua divisão por conteúdo, os chamados critérios substantivos. Entre eles estão: 1 - o grau hierárquico das pessoas envolvidas na notícia, 2 - a capacidade de aquele

acontecimento ter impacto sobre a vida das pessoas, 3 - a quantidade de pessoas envolvidas e a capacidade de um acontecimento continuar repercutindo no futuro (Wolf, 2008). Traquina (2005b) complementa esses critérios substantivos elencando como valor-notícia: 4 - a morte, 5 - a notoriedade do ator principal envolvido no fato, 6 - a proximidade geográfica do acontecimento, 7 - a relevância que o acontecimento tem (sua capacidade de influenciar a vida das pessoas), 8 - a novidade (a primeira vez que algo ocorre, por exemplo), 9 - o tempo (ser atual ou ter uma conexão com o momento, como o aniversário de um acontecimento), 10 - a notabilidade (que envolve fatores como quantas pessoas estão envolvidas), 11 - o inesperado, 12 - o conflito ou a controvérsia, 13 - a infração de regras e 14 - o escândalo (Traquina, 2005b).

Nossa segunda categoria aborda os enquadramentos noticiosos que, conforme Porto (2002), são a forma como os fatos são apresentados, organizados e destacados. Os enquadramentos podem ser divididos em dois grandes grupos: os “genéricos” e os “relativos a tópicos específicos” (D’Angelo e Shaw, 2018). No caso do enquadramento genérico, existem outras quatro divisões: o enquadramento episódico (focado nos acontecimentos), o temático (focado nos contextos), o estratégico (que foca em contextualizar eventos de campanha e motivações políticas) e de valor noticioso (baseado no local e momento dos acontecimentos).

Para D’Angelo e Shaw (2018), ao contrário do enquadramento genérico, o enquadramento por tópicos é menos suscetível a enquadramentos apresentados pelas fontes jornalísticas. Isso porque eles são, geralmente, baseados na contraposição de vários pontos de vista. Por isso eles costumam estar presentes em textos relativos à ciência e a acontecimentos marcantes. Aqui, tentaremos identificar quais desses modelos de enquadramentos noticiosos são utilizados.

Temos também a categoria “estereótipos do Brasil”. Com base nas leituras que fizemos, é possível identificar algumas características típicas de nosso país, tais como 1 –



IV Encontro Virtual da ABCiber

Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura

Perspectivas Interdisciplinares e Reconfigurações na Ciberultura:

Dados, Algoritmos e Inteligência Artificial

Online — 20 e 21/06/2024

violência; 2 – desigualdade social; 3 – fragilidade/precariedade institucional; 4 – prevalência de interesses privados sobre o público. Ao longo do texto, buscaremos indícios de que há uma associação com essas imagens do Brasil.

A última categoria aborda as fontes da matéria jornalística que, como aponta Lage (2009), podem ser oficiais (aquelas autorizadas a falar em nome de governos e outras organizações a que concerne o tema), oficiosas (que são ligadas a essas organizações, mas não falam em nome delas), independentes (quando não tem vínculos com relações de poder ou de interesse, como as ONGs), primárias (que oferecem dados centrais da matéria), secundárias (quando servem para fornecer dados contextuais), testemunhas (quando falam sobre algo que vivenciaram ou presenciaram) e experts (que são especialistas capazes de trazerem versões e interpretações dos temas da matéria).

Falando do Brasil?

Em 24 de junho de 2022, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que o aborto não era um direito constitucional no país. Com isso, os estados poderiam escolher manter o procedimento legal ou não, o que, na prática, resultou na proibição do aborto em cerca de metade dos estados americanos.

Apenas quatro dias após essa decisão, em 28 de junho, o *The New York Times* publicou em seu site a reportagem “When Brazil Banned Abortion Pills, Women Turned to Drug Traffickers”. Já no subtítulo do texto, percebe-se que a pauta se refere aos eventos dos Estados Unidos, uma vez que se lê “Com a anulação de *Roe vs. Wade*, os estados que proíbem o aborto procuram impedir a distribuição de medicamentos abortivos. O Brasil mostra as possíveis consequências” (Nolen, 2022, tradução nossa). Já daí podemos inferir que foram dois os valores-notícia acionados. O primeiro deles foi o tempo, uma vez que há uma conexão com o momento vivido nos Estados Unidos, o segundo é a capacidade de o acontecimento

impactar a vida das pessoas. Isso porque, apesar de o Brasil ser central na matéria, essas consequências mencionadas no subtítulo se referenciam ao que pode acontecer nos Estados Unidos após a mudança de legislação sobre o aborto.

Essas consequências começam a ser apresentadas já no lead da matéria e nos parágrafos que se seguem, que trazem o relato de uma brasileira que tomou pílulas abortivas compradas ilegalmente de um traficante de drogas, teve fortes sangramentos e passou semanas com receio de procurar atendimento médico. Nesse momento, a matéria recorre a uma fonte testemunhal: a experiência de aborto de Xaiana. Também já é possível ver a presença da pobreza, já que a matéria relata que a brasileira sobreviveria por semanas com o dinheiro da pílula: R\$1.500, o que equivalia a US\$ 285.

Ao fim do relato, o texto se volta novamente à realidade estadunidense, explicando que, nos Estados Unidos, a venda da pílula do aborto é legal, mas, com a mudança da legislação, alguns estados começaram a proibi-la. Daí se dá mais uma comparação com o Brasil. O texto relata que uma garrafa com 60 pílulas de misoprostol nos Estados Unidos custa US\$ 15, enquanto no Brasil, oito pílulas dessa droga custam entre US\$ 200 e US\$ 400.

Apesar de o acesso à droga ser simples no mercado paralelo, ele é fruto de contrabando, o que, de acordo com a segunda fonte citada diretamente pelo *The New York Times*, Maira Marques, aumenta o medo das brasileiras. Aqui, o jornal recorreu a uma fonte independente, já que Marques trabalha para a organização não governamental Milhas pelas Vidas das Mulheres. Em seguida, o jornal adota fontes secundárias, a quem não se referencia diretamente, para trazer informações históricas e contextuais do aborto no Brasil, reforçando um enquadramento temático, que é o que predomina ao longo do texto.

Ainda que o *The New York Times* indique que foi a experiência das mulheres brasileiras com o medicamento Cytotec que motivou estudos sobre abortos provocados por remédios, ao trazer dados científicos sobre o tema, o veículo prefere trazer dados da revista britânica *The Lancet*, que serve como fonte expert para o texto.



IV Encontro Virtual da ABCiber

Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura

Perspectivas Interdisciplinares e Reconfigurações na Ciberultura:
Dados, Algoritmos e Inteligência Artificial
Online — 20 e 21/06/2024

Vemos que as fontes brasileiras costumam ser mais acionadas quando se trata de testemunhos, como é o caso da médica Ana Teresa Derraik, que conta sobre como as pílulas, quando não eram proibidas, haviam diminuído atendimentos em hospitais decorrentes de tentativas de aborto com métodos improvisados e arriscados e como hoje o acesso a essas pílulas está cada vez mais restrito. O texto conta ainda como outros dois testemunhos de abortos com pílulas que precisaram ser compradas de um traficante e tiveram consequências negativas, sendo que uma das mulheres respondeu judicialmente por tentar comprar a pílula pela internet. Também são frequentes no texto as fontes oficiosas, como é o caso de Juliana Reis, também da Milhas pelas Vidas das Mulheres, que reporta como a situação se agravou após a eleição de Jairo Bolsonaro, descrito pelo jornal apenas como o presidente do Brasil que foi eleito com o apoio da comunidade evangélica, que cresce rapidamente.

Contudo, também são ouvidas experts brasileiras. A pesquisadora Sonia Corrêa fala como a mudança da realidade política prejudicou o aborto seguro e a médica Helena Paro aponta que medidas tomadas pelo Ministério da Saúde brasileiro contradizem a ciência. Só então uma fonte oficial é ouvida diretamente. O Ministério da Saúde responde por nota que o uso do medicamento fora do ambiente hospitalar é proibido devido a possíveis complicações. Apesar de essa ser a única menção explícita a uma fonte oficial, ao longo do texto são trazidos vários dados que parecem ter como fonte órgãos oficiais, como, por exemplo, quando a legislação brasileira e suas atualizações são citadas.

Na escolha das fontes e nos relatos trazidos por ela podemos perceber alguns estereótipos de Brasil presentes do texto. As três fontes testemunhas que falam sobre suas experiências com o aborto partem de classes sociais diferentes. A primeira, Xaiana, pertence à classe baixa, uma vez que, como explicita o texto, a quantia investida por ela na pílula do aborto seria usada para seu sustento por meses. A segunda mulher, identificada como “A” é uma socióloga, que não menciona problemas financeiros para comprar a droga, mas teve problemas com a justiça. Já a terceira, chamada de “C”, é professora, filha de uma médica e

conseguiu fazer o procedimento sem que ninguém descobrisse que era um aborto causado por pílula e pôde procurar ajuda médica, mas sem dizer o que de fato aconteceu. Apesar da presença de diversas classes sociais, as histórias das três passam pela compra ilegal da pílula e apresentam outras similaridades, mostrando que a ilegalidade desse medicamento traz consequências negativas para todas as classes, ainda que tenham maiores riscos a classe baixa, que tem menos acesso à informação e a recursos materiais.

Se a desigualdade social é apresentada de forma opaca, a violência, em seu sentido tradicional, está pouco presente. Sim, as pílulas são vendidas por traficantes de drogas, mas eles aparecem como a solução para essas mulheres que não conseguiram o que precisavam por meios legais. O Estado, por outro lado, aparece de forma negativa, como aquele que nega a ciência, nega as consequências positivas, apresentadas pela médica, da liberação da pílula, pune as mulheres que a usam e as deixa com medo de procurarem atendimento médico nessas circunstâncias. Além disso, ao dizer que Bolsonaro, associado a um movimento religioso, agravou a situação, fica nítida a fragilidade/precariedade de nossas instituições, que se demonstram pouco laica. Demonstra-se também a prevalência de interesses privados sobre os públicos, uma vez que a melhora da saúde pública é deixada de lado para dar lugar a uma decisão caracterizada por uma das fontes como “ideológica”.

Considerações finais

Com o que vimos ao longo da análise, pudemos perceber que a seleção da ferramenta de busca do *The New York Times* se dá, muito provavelmente, devido à grande relevância do tema para a realidade estadunidense. Isso pode ser demonstrado pelos critérios de noticiabilidade do texto, que não se relacionam com acontecimentos do Brasil daquele momento e, sim, dos Estados Unidos. Além disso, a comparação entre os dois países ao longo do texto se dá de forma explícita, sendo que a realidade brasileira é apresentada como o

possível futuro para os americanos após a mudança na legislação sobre o aborto.

Essa perspectiva é reforçada na escolha do enquadramento desse texto jornalístico, que é prioritariamente temático, focando no contexto, nas consequências que a proibição do aborto pode trazer para a sociedade. A escolha se dá, possivelmente, porque o fato que motivou a notícia (o “gancho”) não ocorreu no Brasil e, sim, nos Estados Unidos. Ademais, a escolha do enquadramento também privilegia o tipo de fonte mais adotado na matéria: as testemunhas. Afinal, o contexto fica melhor demonstrado com os relatos de quem o vive. Observou-se também um favorecimento de fontes independentes em vez de oficiais e a presença moderada de fontes *experts*, sendo que das três fontes de tipo utilizada, as duas mais presentes são brasileiras.

Ao mesmo tempo, podemos observar uma valência negativa da representação do Brasil e até de seu então governante, Jair Bolsonaro. Isso se dá pelo uso de estereótipos negativos de nosso país, especialmente aqueles que foram reforçados por pensadores como Holanda (1987) e Freyre (2004), de que as instituições brasileiras não são tão sólidas e que as políticas adotadas aqui colocam os interesses públicos em segundo plano.

Referências

BARBATO, Luis Fernando Tosta. *A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto*. **Revista Eletrônica História em Reflexão**: Vol. 8 n. 15 – UFGD – Dourados, jan/jun – 2014, p.1-15.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Percursos do olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói: EdUFF, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 2011.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. **Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: **Verso e Reverso**, vol. XXV, n.58, jan/abr, 2011.



IV Encontro Virtual da ABCiber

Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura

Perspectivas Interdisciplinares e Reconfigurações na Ciberultura:
Dados, Algoritmos e Inteligência Artificial
Online — 20 e 21/06/2024

BRASIL, A. A construção da imagem do Brasil no exterior: um estudo sobre as rotinas profissionais dos correspondentes internacionais. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 775–794, 2013. DOI: 10.15448/1980-3729.2012.3.12901. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12901>. Acesso em: 21 maio. 2024.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra, 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação, volume 2. 9ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

D'ANGELO, Paul; SHAW, Donna. Journalism as Framing. In: VOS, Tim P. **Journalism**. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2018, p. 205-234. Disponível em <<https://doi.org/10.1515/9781501500084-011>> Acesso em 25 de agosto de 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49 ed. São Paulo: Global, 1995.

_____. **Sobrados e Mocambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-modernidade**. 11.ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 19 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo brasil (1817-1820)**. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia** São Paulo: Editora Ática, 1989.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência. In MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias**. São Paulo, Senac, 2000, p. 177-196.

MEYROWITZ, Joshua. **No sense of place** – the impact of electronic media on social behavior. New York: Oxford University Press, 1985.



IV Encontro Virtual da ABCiber

Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura

Perspectivas Interdisciplinares e Reconfigurações na Ciberultura:
Dados, Algoritmos e Inteligência Artificial
Online — 20 e 21/06/2024

NOLEN, Stephanie. When Brazil Banned Abortion Pills, Women Turned to Drug Traffickers. **The New York Times**, Rio de Janeiro, 28 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/06/28/health/brazil-abortion-pills.html?searchResultPosition=1>. Acesso em 21 de maio de 2024.

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política**. XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (Sessão “Estratégias de Comunicação e Política: Teoria e Pesquisa” do GT Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições), Caxambu/MG, Brasil, 22 a 26 de outubro de 2002, 25p.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação**: questão comunicacional e formas de sociabilidade. Editorial Presença; Lisboa, 1990.

SALES, Camila Maria Risso. **O Brasil na Economist**: pensando a influência do perfil político-ideológico da revista na formação da imagem internacional do país. Tese (Doutorado) São Carlos: UFSCar, 2016.

SAMPAIO, Rafael Cardoso & LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. “Gente da terra brasileira da nação”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias**. São Paulo, Senac, 2000, p. 103-126.

SKIDMORE, Thomas. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. Unisinos: São Leopoldo, RS, 2001.

_____. **Teorias do Jornalismo Volume I: por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005a.

_____. **Teorias do Jornalismo Volume II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. Tradução Karina Jannini – 3. ed. – São Paulo: Martins Fontes: 2008.